Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola

Projeto de Intervenção

CANDIDATURA AO CONCURSO PARA PROVIMENTO DO LUGAR DE DIRETOR

Maria João Vaz da Ribeira Alves

ÍNDICE

Índice 1
Siglas utilizadas no presente documento ……... 2
Nota Introdutória ……. 4
1. Grândola – o concelho …….. 7
2. A Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola …….. 9
3. .Identificação de Problemas/Áreas de Melhoria ……. 12
4. Missão, Visão e Valores …… 15
5. Metas …… 19
6. Linhas Orientadoras da Ação ……... 25
7. Plano Estratégico ……... 28
8. Conclusão …… 37
Bibliografia ……... 39
Webgrafia …… 40

SIGLAS UTILIZADAS NO PRESENTE DOCUMENTO

AE – Agrupamento de Escolas

BE – Biblioteca Escolar

APEPA – Associação Portuguesa de Escolas Profissionais Agrícolas

CD – Conselho Diretivo

CE – Conselho Executivo

CEI – Comissão Executiva Instaladora

CDT – Coordenador de Diretores de Turma

CEF - Curso de Educação Formação

CFAEAL – Centro de formação de Associação de Escolas do Alentejo Litoral

CI – Comissão Instaladora

CNQ – Catálogo Nacional de Qualificações

CP – Curso Profissional

CT – Conselho de Turma

DAC – Domínio de Autonomia Curricular

DGESTE – Direção Geral de Estabelecimentos Escolares

DL – Decreto-lei

DT – Diretor de Turma

EB – Ensino Básico

EMAEI – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

ENEC – Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

EPDRG – Escola Profissional de desenvolvimento Rural de Grândola

EQAVET – Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e Formação Profissionais

ES – Ensino Secundário

GR – Grupo de Recrutamento

IGEFE – Instituto de Gestão Financeira da Educação

LBS – Lei de Bases do Sistema Educativo

MAIA - Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica

ME - Ministério da Educação

MG – Município de Grândola

NUT – Núcleo de Unidade Territorial

OA – Operador Agrícola

OCR – Orçamento de Compensação em Receita

OMA – Operador Máquinas Agrícolas

PE – Projecto Educativo

POCH – Programa Operacional do Capital Humano

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

SA – Serviços Administrativos

TAYLOR MADE – feito à medida

TIAT – Técnico de informação e Animação turística

TPA – Técnico de Produção Agrícola

TRB – Técnico de Restaurante/ Bar

TT – Técnico de Turismo

TTAR – Técnico de Turismo Ambiental e Rural

Será que a mente, já desperta
Da nação falsa de viver,
Vê, que, pela janela aberta;
Há uma paisagem toda incerta
E um sonho todo a apetecer.

Fernando Pessoa

NOTA INTRODUTÓRIA

O Projeto de Intervenção na **EPDRG** que seguidamente se apresenta, de acordo com o constante no Aviso nº 9136/2022, publicado no D.R., 2ª Série, nº 88, de 6 de maio, de acordo com o estatuído nos artigos 21º, 22º e 22º-A, do D.L. nº 75/2008, de 22 de Abril, alterado pelo D.L. nº 137/2012, de 2 de Julho, estrutura-se a partir da identificação de problemas/áreas de melhoria; e na definição da missão, bem como das metas a alcançar; das linhas da orientação da ação e do plano estratégico, relativamente àquilo que nos propomos realizar no nosso mandato, durante o quadriénio 2022-2026, tal como o disposto no nº 3, do artigo 22º, do D.L.75/2008, de 22 de Abril, com as alterações introduzidas pelo D.L. nº 137/2012, de 2 de Julho.

A apresentação deste projeto surge num contextode resposta a um desafio que adveio de uma experiência pessoal, muito gratificante, de presidir a uma CAP, no último ano escolar, na EPDRG e de nos colocar, todos os dias, novos reptos que necessitam de novas respostas, num ambiente que nos foi particularmente agradável e recetivo e que nos fez sentir muito bem acolhidos, e para cujo sucesso também muito terá contribuído os nossos 33 anos de experiência de gestão, enquanto Presidente de CI, de CD, de CEI, de CE, de Diretora.

Além disso, o facto de ser uma escola profissional, com características muito específicas, coloca obstáculos e constrangimentos, devido a diversos fatores,

desde ao nível de atualização de recursos, físicos, materiais, financeiros, humanos, até a questões de imagem e do estigma a que a associação ao subsistema do ensino profissional ainda carrega.

Contudo, tendo em conta que o referido projeto de intervenção se refere a uma realidade educativa plural, diversificada e complexa, com públicos-alvo diferentes, e diferenciados, não poderíamos deixar de apresentar uma brevíssima caracterização da EPDRG, já que a mesma se torna imprescindível para melhor compreender os problemas que apresenta, bem como o aproveitamento dos seus recursos nas estratégias desenhadas para a consecução dos objetivos de melhorias e das metas que pretendemos atingir.

De igual modo, não nos parece possível conceber um projeto desta natureza sem o integrar, ainda que de forma ligeira e sucinta, na comunidade que suporta, e de onde emerge a EPDRG, i.e., o concelho de Grândola, contextualizando o seu caráter identitário, radicado na progressiva territorialização do "bem local comum" (Derouet, cit. por Rodrigues, 2003), que é a educação "numa lógica que visa reforçar a dependência da ação educativa relativamente ao contexto" (Canário, 1999).

É cada vez mais consensual entre os diversos autores que o processo educativo de um indivíduo não pode ocorrer desgarrado da sua relação de pertença a um local e que qualquer entidade que tenha por missão educar e formar cidadãos tem de se assumir como parte integrante de uma comunidade mais vasta, com a qual estabelece e desenvolve laços de relações biunívocas e subsidiárias, numa rede de parcerias estratégicas para a consecução de fins múltiplos e relevantes para ambas as partas, na procura da melhoria contínua da escola, do nível de desempenho do seus diversos atores e do desenvolvimento da comunidade que integra e que serve.

Tal como já afirmámos, após uma breve caracterização do concelho de Grândola, para o enquadramento do projeto em apreço, procederemos a uma sumária apresentação da EPDRG, para atentarmos na identificação dos problemas/ áreas de melhoria, concretos que a esta instituição se colocam e para cuja resolução cremos poder, de algum modo, contribuir, através da nossa

ação, planeada e intencional, mobilizando sinergias, alocando recursos e acreditando no profissionalismo e empenho de todos os atores sociais.

Finalmente, da definição da missão, das metas traçadas e das linhas de orientação da ação estabelecidas, no que concerne ao plano estratégico delineado, daremos conta, na última parte do presente projeto de intervenção, o qual encerra indubitavelmente a visão de alguém que crê profundamente que a maior riqueza de um indivíduo, de uma comunidade ou de um país é a educação e que o direito, consagrado na Constituição da República Portuguesa, ao seu usufruto não se pode limitar a uma frase bonita, que introduz conceitos numa artigo de investigação ou que soa bem num discurso de circunstância.

Se a educação é assumida e inequivocamente um direito do indivíduo, na medida em que se apresenta como forma de realização pessoal e de alcançar a felicidade, ela também se constitui como um dever do cidadão, para consigo próprio e para com a sociedade, já que o desenvolvimento geral e sustentado de uma comunidade inteira se funda na apropriação do bem educativo pelos seus membros, encontrando-se provado que, a longo prazo, um cidadão não educado se torna muito mais oneroso para essa comunidade do que o investimento realizado em *mind workers.*

1. Grândola – o concelho.

O concelho de Grândola, situado no Litoral Alentejano, na confluência de várias regiões, distribui-se por uma área de cerca de 825,9 km2.
Com uma vasta costa marítima, Grândola confina a norte com o concelho de Alcácer do Sal, a nascente com o de Ferreira do Alentejo, a sul com o de Santiago do Cacém, a poente com o Oceano Atlântico, e a norte e noroeste com o rio Sado, que o separa do concelho de Setúbal, a cujo distrito pertence.

No aspeto geológico, o território caracteriza-se por três zonas principais, designadamente a serra de Grândola, a planície e a faixa litoral, que mostramnítidas diferenças, no que respeita à composição do solo, ao relevo, à flora e à paisagem, em geral.

O concelho compõe-se por 4 freguesias, nomeadamente a de Grândola e Stª, Margarida da Serra; a de Melides; a do Azinhal e a de Azinheira dos Barros e S. Mamede de Sádão, e, segundo dados dos Censos 2021, tem 13 823 habitantes, sendo a densidade populacional do concelho de 16,7 hab/km2, com a maioria concentrada na sede do concelho e na zona litoral, enquanto os territórios situados na serra de Grândola e nas áreas mais interiores do concelho têm vindo a sofrer um maior despovoamento.

No concelho de Grândola, o sector primário detém ainda algum peso, emboras as indústrias sejam mais relevantes, no tecido económico, ainda que de reduzida dimensão, dizendo respeito à transformação de produtos oriundos do sector primário. O setor terciário é o mais

preponderante, no que concerne ao nível de emprego da população ativa do concelho.

Nos últimos anos, Grândola tem-se afirmado como um destino turístico de destaque no País. A beleza natural do concelho, desde a Península de Tróia a Melides, num total de cerca de 50 quilómetros de costa quase inexplorada, exerce uma forte atração turística e contribui para a afirmação do concelho. Grândola absorvendo um número de dormidas anuais cada vez mais elevado, num setor que se encontra em franca expansão.

Como culturas principais destacam-se o arroz, as culturas hortícolas, o trigo mole e o olival.

O olival é a principal das culturas permanentes, ocupando mais de metade da superfície dessas culturas.

Nas atividades pecuárias, os ovinos e os suínos são as espécies mais representativas, com 46% e 26%, respetivamente, do efetivo reprodutor do Concelho. O comércio e serviços no concelho representam perto de metade das empresas, com sede no Concelho.

O comércio é a principal atividade do sector, representando isoladamente mais de 60% das empresas e do volume de negócios e mais de metade do emprego no sector. As empresas de alojamento e restauração e similares, com 35% da população empregue no setor, constituem também um subsetor de relativa importância.

Os níveis socioeconómicos e culturais, bem como de escolarização, das famílias continuam a ser muito reduzidos, de um modo geral, o que explica a quase ausência, em certas situações, de expectativas e de investimento pessoal e emocional no sucesso escolar dos filhos, desvalorizando a sua atividade escolar, estando pouco empenhados no acompanhamento do percurso educativo dos seus educados e não colocando o enfoque na educação dos seus filhos como um bem, uma ferramenta para melhorarem a sua vida, apesar dos diversos apoios que, felizmente, cada vez mais, são colocados à sua disposição.

2. A Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola.

A EPDRG situa-se na sede do concelho que lhe dá o nome, na parte sul do distrito de Setúbal, e nasceu de iniciativa concertada de várias entidades públicas e privadas locais, sendo o seu em funcionamento suportado maioritariamente pelo POCH, a nível financeiro.

A EPDRG é constituída por dois núcleos diferenciados, designadamente o dos edifícios escolares, o Centro-Escola, onde se leciona a parte teórica e laboratorial; e o das explorações, o Centro-Exploração, o qual integra o Cerrado do Arraial, anexo ao espaço escolar, e a Herdade da Apaúla, que dista cerca de dois quilómetros, e que são excelentes recursos de aprendizagem e prática das atividades ligadas principalmente à componente técnica dos cursos da área agropecuária e agrícola.

Apesar da escola possuir os espaços físicos essenciais ao seu funcionamento não só no que respeita às atividades letivas, mas também no que concerne aos serviços básicos de apoio, como serviços administrativos, bufete, papelaria, biblioteca, sala de professores e sala de funcionários, polivalente, entre outros, a realidade é que o seu estado de conservação e adequação fica aquémdaquilo que hoje se considera exigível para estudar e trabalhar em condições dignas, saudáveis e facilitadoras de todo um processo de ensino e de aprendizagem que se pretende ativo, motivador e orientado para a descoberta, a ação e a experimentação; que se deixe apropriar e (re)criar por professores e alunos e seja transformador.

Tal significa que, não obstante a EPDRG se situe num local lindo, aprazível e pitoresco, trazendo à memória um antigo monte alentejano, a necessidade de, mantendo toda aquela encantadora e histórica traça e

envolvência ambiental e paisagística, ser objeto de uma requalificação ampla e profunda ou, pelo menos, de obras de conservação e reparação, já que algumas estruturas básicas dos edifícios, como ligações elétricas, soalhos, tetos, telhados, portas, janelas e outras requerem uma urgente e significativa intervenção, por questões de conforto, mas sobretudo de segurança.

Atualmente, a oferta formativa situa-se ao nível do 3º ciclo, com uma turma de CEF, tipo 3, nível 2, subdividida em OA e OMA; e x turmas de cursos profissionais de nível 4, nomeadamente de TPA; TT; TTAR e TIAT, distribuídos pelos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade e para o ano letivo de 2022/2023, TIAT será substituído, em termos de oferta formativa, ao nível do 10º ano, pelo curso profissional de TR/B.

No que respeita aos pais e encarregados de educação dos alunos da EPDRG, os indicadores do CENSOS de 2021 revelam que a larga maioria possui habilitações literárias de nível básico; uma parte já significativa possui o ensino secundário e apenas uma minoria apresenta habilitações de nível superior, o que naturalmente também se reflete na imagem da escola dos seus educandos, bem como das suas expectativas, e das famílias, perante o sucesso escolar e educativo e o investimento pessoal que é feito na formação escolar e integral dos jovens.

Quanto ao pessoal docente, atualmente encontram-se a exercer funções na EPDRG 28 docentes, dos quais 17 são do Quadro da Escola e do Quadro de Zona Pedagógica; os restantes são docentes contratados.

Tal como se mostra a tendência generalizada do corpo docente das escolas portuguesas, também nesta escola os docentes, principalmente, os que pertencem aos quadros do Ministério da Educação, que apresentam já uma idade avançada para o ensino, perto da aposentação, o que prejudica o rejuvenescimento da classe, das ideias e metodologias e, ainda mais problemático, não tem permitido a renovação dos quadros, tendo conduzido à atual carência generalizada que se verifica de professores, com enorme prejuízo para as escolas, o ensino e, particularmente, para os alunos e suas famílias.

No que concerne ao pessoal não docente, exercem funções na escola x trabalhadores, sendo 5 TA, 1 Chefe dos SA; 13 AO, em que 3 são trabalhadores de agropecuária e motoristas; e 1 é Coordenadora dos AO, em regime de substituição.

Este número de trabalhadores, principalmente na área dos AO é manifestamente insuficiente para uma escola com o tamanho desta e, especialmente com as características de uma escola de caráter predominantemente agrícola e agropecuário, em que há seres vivos para tratar e alimentar, animais e vegetais, terra para cuidar, e que não leva em consideração horários, fins-de-semana, férias, feriados, nem outro tipo de paragens que se observam noutras atividades profissionais, e que, naturalmente, implicam, um aumento de trabalhadores, porque as tarefas não param, nem podem parar.

Também, nesta área, o escalão etário, não é particularmente jovem, além de apresentar problemas de saúde, por vezes, graves, que impedem a realização de algumas tarefas mais pesadas e árduas.

Resta ainda salientar que existem 2 psicólogas, embora adstritas a programas promotores do sucesso escolar diferentes, que apoiam e orientam os nossos alunoscom maiores dificuldades de ordem cognitiva, emocional ou social, bem como de definição e reorientação do seu percurso formativo e de desenvolvimento pessoal e social, trabalhando em estreita articulação com os docentes, as famílias e a professora da Educação Especial, quando é necessário.

O poder de questionar é a base de todo o progresso humano.

Indira Gandhi

3. Identificação de Problemas/Áreas de Melhoria.

Dando início a um dos pontos considerados fundamentais, em termos estratégicos, para a bondade e eficácia do Projeto de Intervenção e que respeita à identificação dos problemas relevantes que, no nosso entendimento, constituem constrangimentos à melhoria da eficácia do serviço educativo prestado pela EPDRG, mas que se apresentam permeáveis à nossa capacidade de intervenção, i.e., que sobre eles tenhamos efetiva possibilidade de agire influenciar pela nossa ação, ainda que meramente de pressão ou influência, permitimo-nos, antes de procedermos à elencagem dos problemas cuja resolução consideramos prioritária, iniciarmo-nos pela antecipação de uma provável realidade que, a concretizar-se, em Setembro do corrente ano, irá constituir um problema.

Estamos a referir-nos a uma significativa falta de docentes, particularmente em determinadas áreas ou GR, e que não deixará, ao nível meso-sistémico, de causar um problema ou, pelo menos, um constrangimento, já que a larga experiência de tempos anteriores nos traz à memória uma fase inicial e de arranque de ano escolar difícil, com docentes frequentemente desenraizados dos seus contextos familiares e de amizade, desconhecedores da realidade do concelho e da EPDRG e que necessitam de tempo, disponibilidade interior e acolhimento para começarem a sentir a escola e o concelho como seus.

Quanto aos problemas identificados, bem como às áreas de melhoria a trabalhar, estes resultaram de uma análise SWOT, ainda que pouco aprofundada, sobre a EPDRG, a partir de dados recolhidos de diversas fontes oficiais, mas também da perceção de um ano, com um olhar externo e não

formatado, de um elemento novo, que, embora conhecedor, por experiência, das ofertas formativas que dispomos, provém de uma realidade muito diferente, em termos profissionais,e se apaixonou pela EPDRG, com todos os seus problemas, constrangimento, mas também imensas oportunidades e caraterísticas que a tornam única, e pelo concelho em que está inserida, assim como pelas suas gentes, que representam o que de melhor e mais genuíno esta comunidade pode oferecer: a sua autenticidade e património cultural.

Deste modo, passemos, então, a enunciar os problemas identificados, bem como às áreas de melhoria que consideramos de maior relevância e prioritários em combater e implementar, respetivamente:

- Considerável índice de desistência ou abandono nos cursos, particularmente nos cursos profissionais, sobretudo a partir do momento em que os alunos perfazem 18 anos de idade e terminam a obrigatoriedade de frequentarem a escola, mesmo que não hajam concluído o 12º ano e o curso que iniciaram;
- Qualidade do sucesso académico, quer no CEF,no EB; quer nos CP, no ES;
- Desenvolvimento e aplicação colaborativa de estratégias de ensino orientadas para o perfil dos alunos e o sucesso pleno educativo;
- Desenvolvimento e aplicação de novas práticas de avaliação das aprendizagens dos alunos, no que concerne à avaliação pedagógica dos mesmos (Projeto MAIA);
- Dificuldades de observância de regras de conduta social e de civilidade;
- Comportamentos indisciplinados e agressivos nos espaços escolar, fora da escola e redes sociais (Bullying e Cyberbullying);
- Comportamentos perturbadores de um clima propício e facilitador das aprendizagens em contexto de aula;
- Pouco respeito pelo património escolar e pessoal, bem como pelo seu estado de limpeza e conservação;
- Alinhamento do Plano de Estratégia de Escola para a Cidadania com as áreas de maior interesse e, simultaneamente, mais deficitárias dos alunos, na matéria em apreço:

- Melhoria das respostas educativas diferenciadas para alunos com problemáticas diversas, sobretudo, no âmbito dos discentes com necessidades específicas de aprendizagem;
- Melhoria da eficácia da gestão da Hora/Homem, no pessoal não docente;
- Necessidade de reciclagem de alguns conhecimentos e competências profissionais para responder eficazmente às novas necessidades da escola;
- Melhoria da articulação curricular horizontal e vertical;
- Melhoria na coerência interna e articulação nalgumas atividades desenvolvidas ao longo do ano;
- Melhoria /incentivo de práticas de planificação, produção de materiais e instrumentos avaliativos e de supervisão colaborativa;
- Atualização dos mecanismos de comunicação existentes entre a escoal e os pais;
- Aumentar a participação cívica dos alunos, a qualidade da mesma e o seu envolvimento nos órgãos e eventos da escola;
- Aumentar a participação cívica dos pais e encarregados de educação, a qualidade da mesma e o seu envolvimento nos órgãos e eventos da escola;
- Promover e melhorar o envolvimento ativo dos pais na vida dos seus filhos e no seu acompanhamento do seu percurso escolar;
- Investir nas parcerias já estabelecidas e em novas parcerias a estabelecer, com vista a proporcionar um melhor serviço educativo e formativo aos nossos alunos e uma melhor resposta às necessidades das entidades e que connosco colaboram e da comunidade que pretendemos servir;
- Degradação de instalações, infraestruturas; alfaias, parque automóvel e de máquinas, bem como mobiliário e outros instrumentos didático-pedagógicos;
- Dificuldades na captação de alunos;
- (Pre)conceito de escola de fim de linha;

- Melhorar a imagem da EPDRG na e perante a comunidade, os concelhos limítrofes e a NUTIII;
- Reclamar a herança de prestígio, reconhecimento, valor e bom nome, enquanto entidade formadora, que a EPDRG usufruiu durante largos anos junto da comunidade de Grândola e da região Alentejo.

A Escola não transforma a realidade,
Mas pode pode ajudar a formar os sujeitos
Capazes de fazer a transformação,
Da sociedade, do mundo, de si mesmos…

Paulo Freire

4. Missão, Visão e Valores.

A EPDRG, enquanto escola pública profissional, é regida pelos órgãos de administração e gestão e de acordo com os documentos que configuram a autonomia das escolas, nos termos estatuídos pelo D.L. nº 75/2008, de 22 de Abril, atualizado pelo D.L. nº 137/2012, de 2 de Julho, e ainda pelo D.L nº 92/2014, de 20 de junho.

Neste sentido, entendemos que a EPDRG possui como **missão**promover uma educação global e completa do jovem, enquanto individuo e cidadão, com uma formação profissional de elevada qualidade, visando acapacitação para o exercício responsável e ativo da cidadania, com conhecimentos de base humanista, artística, científica e tecnologicamente atualizados, e com princípios fundados na solidariedade, respeito, justiça e responsabilidade social, de modo a assegurar a aquisição de competências pessoais, tecnológicas e profissionais que possibilitem sua inserção no mercado de trabalho, e consequentemente venham a constituir-se como um contributo para as estratégias de desenvolvimento local e regional, de acordo com as necessidades do tecido empresarial.

Quanto à **visão**, pretendemos que a EPDRG se venha destacar como uma escola profissional de desenvolvimento rural de referência, no contexto local, regional e nacional, pela elevada qualidade da educação integral e formação técnica proporcionadas, através do desenvolvimento dos conhecimentos e das competências de nível científico e tecnológico, aliados à utilização aplicada das novas tecnologias da informação e da comunicação, da robótica e da programação digital, da inovação e da capacidade de (re)criação, bem como do aprofundamento de competências relacionais, inter- e intra-pessoais, nomeadamente no que respeita às capacidades de resiliência, de persistência, de definição e prossecução de objetivos de médio e longo prazo, bem como a aptidões

que digam respeito ao sentido de responsabilidade, tomada de iniciativa, estabelecimento de diálogos e consensos, de liderança e da capacidade de empreender e correr riscos calculados.

Tudo isto tem por objetivo formar jovens adultos capazes de darem as melhores respostas, enquanto indivíduos, profissionais e cidadãos, aos desafios de um mercado de trabalho volátil e de uma sociedade em permanente mutação e que sofre profundas e rápidas mudanças estruturais, que implicam que os mais capazes serão aqueles que melhor se conseguirem adaptarem às novas circunstâncias, socorrendo-se e mobilizando o *know-how* que possuem, recriarem-no e utilizarem-no para irem em busca de novos conhecimentos e novas competências que lhes deem essa adaptabilidade, que é condição *sine qua non* para a sobrevivência pessoal, social e profissional.

Finalmente, no que concerne aos **valores**, a EPDRG assume, enquanto escola pública, um conjunto de valores democráticos, plasmados na Constituição da República Portuguesa, em que o primeiro terá que ser o primado da educação e da formação do indivíduo, assente em pilares fundamentais, como o respeito pela dignidade humana; o direito à diferença, mas também à não discriminação, por raça, credo, cor, religião, e outros fatores definidos na Lei fundamental da República Portuguesa.

De igual modo, a EPDRG compromete-se a basear toda a sua ação formativa e de serviço público fundamentando-se em valores, como a liberdade, a transparência e a ética, a tolerância e a solidariedade; a inclusão e a cidadania; mas também o valor do trabalho e da participação cívica; da responsabilidade, do respeito pelo outro, pelo bem comum e da justiça social; da busca permanente pela inovação, pela superação e pela excelência.

Estes são os valores que devem nortear os desígnios de uma instituição, sobretudo, pública, vocacionada para a educação, a formação e a qualificação de jovens, tal como devem pautar a atuação dos nossos jovens adultos quando tiverem concluído o seu percurso escolar e

formativo connosco, pois só desta forma poderemos considerar que a nossa missão, enquanto escola pública, foi cumprida e a nossa visão alcançada com sucesso.

Na realidade, estes três vetores são o suporte à ação de uma escola que assenta num subsistema de ensino dual, com características específicas e muito próprias, com um sistema modular e uma arquitetura que, no caso de alguns cursos, já carecia de alterações nas suas matrizes curriculares, por forma a consubstanciar as inovações metodológicas nas práticas pedagógicas e a incorporar a atualização dos conhecimentos na construção dos saberes, do saber fazer e, principalmente, do saber estar, numa lógica de desenvolvimento cognitivo, tecnológico, mas também das múltiplas inteligências a que se torna necessário apelar para formar um profissional de elevada competência, técnica e humana.

Pelo Sonho é que vamos,
comovidos e mudos.
Chegamos? Não chegamos?
Haja ou não haja frutos,
pelo sonho é que vamos.
Sebastião da Gama

5. Metas.

Toda a atividade que nos propomos desenvolver, durante o próximo quadriénio de 2022/2026, partirá do conceito de missão que definimos para a EPDRG e assentará na visão que temos para esta escola, fundada nos valores e princípios que lhe subjazem e que já aqui foram enunciados.Pretendemos, por conseguinte, que a EPDRG seja uma escola profissional que se imponha na comunidade educativa, e não só, pela elevada qualidade do serviço educativo e formativo prestado, como também por se distinguir por ser uma escola dos afetos, em que cada ser é único, cada aluno é uma pessoa, na qual se cuida e educa no e para o respeito, para a autonomia, a liberdade aliada à responsabilidade e o sentido de dever e de colaboração.

Desejamos igualmente que seja uma escola que os alunos queiram e gostem de frequentar, por opção primeira e consciente, e que as famílias valorizem e se envolvam, dando o seu contributo para a melhoria da mesma, e se manifestem, nas instâncias adequadas, sobre o que dela pretendem que seja para os seus filhos.

Uma escola que tenha capacidade de intervir, em parceria com outras instituições locais, com vista a ajudar a encontrar soluções para situações sociais, ou outras, bastante complexas, que envolvem os seus alunos e que, para além de serem fonte de grande sofrimento destes jovens, com frequência lhes dificultam ou tolhem o seu percurso escolar, chegando mesmo a conduzir a situações de abandono sem a conclusão do curso escolhido.

Uma escola em que todos se sintam seguros, acolhidos, respeitados, envolvidos e valorizados pelos contributos que possam vir a oferecer para a construção contínua da sua identidade; em que haja espaço para expressarem a sua criatividade e para promoverem a diversidade e a

inovação dos seus projetos e em que o clima organizacional seja ele próprio um elemento facilitador e promotor do sucesso escolar e educativo.

Uma escola que incentive a utilização de metodologias pedagógicas ativas e diversificadas, que respeitem os tempos, ritmos e formas de aprendizagem de cada um, capazes de provocar em cada aluno o artista/operário, construtor dos seus saberes, modelador das suas competências, co-autor dos seus conhecimentos, promovendo, assim, um desenvolvimento global, harmonioso, equilibrado e feliz dos alunos, conduzindo-os, por vezes, a resultados que superem as expectativas iniciais e assegurando-lhes uma educação que será sempre a base sobre a qual construirão o seu futuro pessoal e profissional.

Por conseguinte, as metas atingir, passarão por sermos capazes de:

- Diminuir em 5%, ao longo dos quatro anos, o índice de desistência ou abandono nos cursos, particularmente nos cursos profissionais, sobretudo a partir do momento em que os alunos perfazem 18 anos de idade e terminam a obrigatoriedade de frequentarem a escola, mesmo que não hajam concluído o 12º ano e o curso que iniciaram;
- Melhorar em 5%, durante o quadriénio, a qualidade do sucesso académico, quer no CEF, no EB; quer nos CP, no ES;
- Reuniões dos Departamentos Curriculares específicas para iniciar a implementação e aplicação colaborativa de estratégias de ensino orientadas para o perfil dos alunos e o sucesso pleno educativo;
- Reuniões dos Departamentos Curriculares específicas para iniciar a implementação e aplicação de novas práticas de avaliação das aprendizagens dos alunos, no que concerne à avaliação pedagógica dos mesmos (Projeto MAIA);
- Programa de intervenção, ao nível de competências sociais, elaborado pelas psicólogas, para combater dificuldades de observância de regras de conduta social e de civilidade;
- Programa de intervenção, ao nível de competências pessoais e sociais, elaborado pelas psicólogas, para diminuir o número de comportamentos

indisciplinados e agressivos nos espaços escolar, fora da escola e redes sociais (Bullying e Cyberbullying);

- Construção e implementação de estratégias de aplicação comum, ao nível dos CT, para diminuir o número de processos disciplinares, em 5%, durante o quadriénio, por comportamentos perturbadores de um clima propício e facilitador das aprendizagens em contexto de aula;
- Criação de um grupo misto de professores, AO e alunos para criarem um delinearem um "Guião de Ação da Brigada do Património Escolar", conjunto de atividades que promovam e incentivem o respeito pelo património escolar e pessoal, bem como pelo seu estado de limpeza e conservação;
- Alinhamento do Plano de Estratégia de Escola para a Cidadania com as áreas de maior interesse e, simultaneamente, mais deficitárias dos alunos, na matéria em apreço, através da definição das atividades mais adequadas a cada turma, de acordo com cada CT e com o/a Coordenador/a da Educação para a Cidadania;
- Implementação e diversificação de respostas educativas diferenciadas para alunos com problemáticas distintas, mormente, no âmbito dos discentes com necessidades específicas de aprendizagem, em estreita articulação entre a EMAEI, a docente do GR 910, o DT, o CT e a psicóloga;
- Melhoria da eficácia da gestão da Hora/Homem, no pessoal não docente, através de alterações na distribuição serviço, horários, aquisição de novos instrumentos de trabalho e novas formas organizativas das tarefas;
- Atualização de alguns conhecimentos e competências profissionais para responder eficazmente às novas necessidades da escola, através de ações de formação contínua, em articulação com CFAEAL ou outras entidades promotoras de formação, quer para docentes, quer para pessoal não docente; ou ainda, por via da auto- e hétero-formação;
- Promoção de reuniões entre GR com disciplinas afins, com o objetivo de analisar o currículo de cada uma e encontrar interseções que permitam

estabelecer uma verdadeira articulação curricular horizontal e vertical e promover os DAC;

- Incentivar o trabalho colaborativo entre docentes, ao nível da análise curricular dos módulos disciplinares, a fimde fortalecer a coerência interna e a articulação nalgumas atividades desenvolvidas ao longo do ano;
- Criar tempos conjuntos nos horários dos docentes com disciplinas afins, com vista a promover encontros/reuniões de trabalho colaborativo sobre práticas de planificação, produção de materiais e instrumentos avaliativos e de supervisão colaborativa;
- Atualização dos mecanismos de comunicação existentes entre a escola e os pais, através de alertas por sms, em correio eletrónico, ou telemóvel;
- Aumentar a participação cívica dos alunos, a qualidade da mesma e o seu envolvimento nos órgãos e eventos da escola, através da promoção de eventos em que os alunos sejam chamados a participar na sua organização, através de colegas que sejam por eles eleitos como seus representantes;
- Aumentar a participação cívica dos pais e encarregados de educação, a qualidade da mesma e o seu envolvimento nos órgãos e eventos da escola, insistindo na realização de eventos que os tragam à escola para verem o trabalho dos seus filhos, em primeiro lugar; em seguida, na realização de pequenos encontros, em horários que lhes sejam convenientes, sobre temas concretos e específicos que claramente sejam do seu interesse e que possam ser dinamizados por um docente, um técnico ou até um parceiro de uma entidade exterior à escola;
- Criação, em parceria pelas psicólogas e CDT, coadjuvada por alguns DTs, de um curto programa de parentalidade positiva e ativa, com sessões curtas e uma periodicidade regular, mas não demasiado próxima, para pais, em que sejam abordados, de modo, pouco formal, temas que demonstrem como pequenos gestos ou conversas dos pais podem revelar o seu envolvimento na vida dos filhos e, com isso,

contribuírem para a melhoria do seu percurso escolar e do sucesso educativo;

- Formar alianças, estabelecer protocolos, fortalecer laços pessoais e institucionais constituem formas de investimento nas parcerias já instituídas e em novas parcerias a fomentar, procurando, por um lado,oferecer um melhor serviço educativo e formativo aos nossos estudantes; e, por outro, facultar uma resposta cada vez mais adequada e *taylor made* às necessidades e exigências das diversasempresas e instituições que cooperam com a EPDRG, sem olvidar o serviço público que devemos à comunidade em que nos encontramos envolvidos;
- Procurar proceder à reparação e manutenção de instalações e infraestruturas, bem como à substituição e aquisição de novas alfaias, mobiliário e instrumentos didático-pedagógicos; para além de reparações significativas no parque de viaturas e de máquinas agrícolas, através do recurso ao POCH, ao OCR, ao IGEF, à DGEsTE e ao PRR, com o contributo e apoio jurídico da APEPA;
- Divulgar a oferta formativa da EPDRG, através dos meios de comunicação social e das redes sociais, cativando o público jovem com cursos atrativos e que apresentem boas taxas de empregabilidade, a fim combater as dificuldades na captação de alunos;
- Elevar o nível de qualidade da formação oferecida e do perfil de conhecimentos e competências profissionais, técnicas e de desenvolvimento integral, aquando da conclusão dos cursos, para que o prestígio e o reconhecimento públicos advenham do mérito revelado por cada aluno saído da EPDRG, contribuindo, desta forma, para que o (pre)conceito de escola de fim de linha, ainda tão instalado na comunidade;
- Melhorar a imagem da EPDRG na e perante a comunidade, os concelhos limítrofes e a NUTIII, através da abertura ao exterior, à comunidade e às restantes instituições, particularmente ao AE de Grândola, ao MG, e a todos aqueles que connosco contribuem para o crescimento e formação dos nossos jovens alunos, oferecendo-nos tanto

e estando disponíveis para receber também o que quisermos e pudermos oferecer;

- Reclamar a herança de prestígio, reconhecimento, valor e bom nome, enquanto entidade formadora, que a EPDRG usufruiu durante largos anos junto da comunidade de Grândola e da região Alentejo, através de muito trabalho quotidiano, de labuta constante, de espírito de resiliência, de capacidade para empreender, de compromisso para lutar, de porta aberta para o diálogo, o gosto pelos desafios e, principalmente, de um enorme amor pela profissão que se abraçou há bem mais de trinta anos, a vontade de fazer, a escolha livre de se estar onde se quer, porque se gosta da escola, de Grândola e das suas gentes.

O ideal da educação não é aprender ao máximo,
Maximizar resultados,
Mas é antes de tudo aprender a aprender,
É aprender a se desenvolver
E aprender a continuar a se desenvolver depois da escola
.
Jean Piaget

6. Linhas orientadoras da ação.

A escola, em geral, e a EPDRG não constitui exceção, fundamenta sempre a sua ação na LBSE, bem como nos diversos suportes e referenciais legislativos, que lhe conferem o suporte legal, nos diversos domínios e áreas de autonomia, administração e gestão, sendo imprescindível que sejamos não apenas capazes de usar essa autonomia, mas dentro dos seus limites, ousar e recriar novas formas de organização escolar, de metodologias pedagógico-didáticas que venham a ter impactar positivamente na organização escola, nos seus atores e particularmente nos *inputs* e *outputs* dos nossos alunos, no desenvolvimento pleno das suas capacidades, competências e conhecimentos, no grau de satisfação das suas famílias com o serviço educativo prestado e da comunidade.

Num mundo em permanente mudança, em que o avanço, nas áreas do conhecimento e da tecnologia, é constante e extremamente rápido, o paradigma da escola tem naturalmente que mudar para poder acompanhar esta nova sociedade do conhecimento e preparar os seus jovens alunos para se moverem, e sobreviverem, em novos e imprevistos cenários, dotando-os de ferramentas essenciais que lhes permitam lidar com o risco, mas também aprendam a aproveitar as novas oportunidades que se lhes deparam; que sejam capazes de enfrentar o desconhecido, o imprevisto, a incerteza, a mudança contínua, com persistência, resiliência, criatividade, capacidade de mobilizar conhecimentos e competências já adquiridos para os transformar e ir à procura de novas soluções para novos problemas, Saber procurar a informação, ser capaz de a filtrar, reorganizar de forma crítica, útil e pertinente para a situação em análise, significa que formamos os nossos alunos com metodologias que estimulam a

curiosidade, privilegiam o pensamento crítico e a exploração de hipóteses, promovem o método de resolução de problemas e incentivam ao trabalho colaborativo e de equipa, ao debate de ideias e ao diálogo e argumentação.

Promover todas estas práticas, reforçando as literacias científica, digital e ambiental, assim como incrementar a participação dos alunos em projetos de escola, a nível local, nacional e internacional, e continuar a pugnar e incentivar por uma escola verdadeiramente inclusiva, em qua cada um tenha um valor absoluto e específico, único, porque vale por si e o seu sucesso é medido por comparação a si próprio e à sua evolução e a mais ninguém, constitui tarefa nobre e apaixonante, mas muito difícil de alcançar.

Em síntese, as nossas linhas orientadoras da ação consistem na:

- Orientação de toda a ação formativa e educativa para o sucesso dos discentes, para a melhoria dos resultados escolares e a diminuição da taxa de abandono dos cursos antes da sua conclusão;
- Promoção de metodologias pedagógico-didáticas ativas e diferenciadas, respeitadoras dos ritmos e processos individuais de aprendizagem de cada um, no trilho para uma escola verdadeiramente inclusiva, de todos para todos e para cada um;
- Na incrementação de uma cultura de trabalho docente verdadeiramente colaborativa, a todos os níveis, em prol da melhoria da profissionalidade docente e em benefício do serviço educativo de qualidade prestado aos nossos alunos, suas famílias e comunidade;
- Melhoria no desenvolvimento pessoal e profissional de todos os recursos humanos da EPDRG, i.e., docentes, técnicos e pessoal não docente, por via de formações úteis, pertinentes e necessárias;
- Melhoria na gestão dos recursos humanos, com ganhos nos domínios da eficácia e eficiência;

- Colaboração dos diferentes atores no envolvimento das atividades da EPDRG, na construção um clima organizacional positivo e facilitador, bem como na promoção da identidade da escola e da projeção da sua imagem e dos seus valores, perante a comunidade escolar, educativa e a sociedade, em geral;
- Diversificação da oferta formativa, na tentativa de captar alunos, indo ao encontro dos seus interesses, mas também das necessidades, em termos de oferta de mercado, de empresas e instituições;
- Forte prioridade à importância das parcerias instituídas e a estabelecer, para a afirmação da EPDRG como escola profissional de referência na localidade, e na região;
- Promoção da imagem e criação da marca EPDRG, como sinónimo de qualificação e formação profissional de elevada qualidade, nas suas áreas de oferta educativa;
- Monitorização e avaliação sistemática da EPDRG, de acordo com o protocolado no EQAVET.

Sem um planeamento estratégico competente,
Ninguém sobreviverá
Nestes tempos globalizantes.

Michael Porter

7. Plano estratégico.

O estabelecimento de um plano estratégico deve basear-se no que definimos como a missão da escola, na visão que para ela construímos e nos valores e princípios sobre os quais todos os restantes constructos assentam.

Mais concretamente, este plano parte dos problemas identificados e das áreas de melhoria elencadas e focaliza-se nas metas a alcançar, não perdendo de vista as linhas orientadoras da ação enquanto referencial, para se ir construindo.

Focando-se apenas no essencial, este plano estratégico estabelece três domínios fundamentais, que se entrelaçam e se desenvolvem de forma plenamente integrada e integradora, designadamente o sucesso educativo, os recursos e a relação com a comunidade.

Este plano será implementado e desenvolvido ao longo do quadriénio de 2022/2026 e os seus domínios virão a ver-se mais esmiuçados no PE, a construir, bem como nos demais documentos organizativos que dele decorrerão, vindo a ser, naturalmente, objeto de avaliação periódica, relativamente ao ponto da situação sobre diversos itens, da qual poderão vir, como é óbvio, a decorrer os ajustes e as alterações que se entendam como necessárias, adequadas e pertinentes realizar.

1. Sucesso Educativo	
Objetivos	**Estratégias/Linhas de ação**
Resultados:	***Ao nível do ensino e da aprendizagem:***
Diminuir em 5%, ao longo dos quatro anos, o índice de desistência ou abandono nos cursos, particularmente nos cursos profissionais;	Reuniões dos Departamentos Curriculares específicas para iniciar a implementação e aplicação colaborativa de estratégias de ensino orientadas para o perfil dos alunos e o sucesso pleno educativo;
Melhorar em 5%, durante o quadriénio, a qualidade do sucesso académico, no CEF e no nos CP;	Promoção de reuniões entre GR com disciplinas afins, com o objetivo de analisar o currículo de cada uma e encontrar interseções que permitam estabelecer uma verdadeira articulação curricular horizontal e vertical e promover os DAC;
Melhorar a taxa de percursos diretos de sucesso;	Utilização privilegiada de metodologias de projeto e de atividades experimentais;
Aumentar a taxa de conclusão dos cursos;	Desenvolvimento de projetos pluridisciplinares, integradores de saberes e propícios à criação progressiva de DAC;
	Promoção da literacia digital como ferramenta na aquisição de outros conhecimentos e competências;
	Promover a utilização da BE, enquanto recurso educativo e pedagógico;
Prestação do serviço educativo:	***Ao nível da avaliação das e para as aprendizagens:***
Assegurar as áreas de conhecimentos e competências previstas no PASEO e nos respetivos referenciais de formação dos cursos;	Alinhamento dos critérios de avaliação com o PASEO;
Garantir a diversificação de metodologias e práticas de ensino, a fim de chegar a todos os modelos de aprendizagem;	Diversificação de práticas e instrumentos de avaliação nas diferentes modalidades;
Incrementar práticas e instrumentos avaliativos diversificados e adequados ao aluno e ao objeto a avaliar;	Reuniões dos Departamentos Curriculares específicas para iniciar a implementação e aplicação de novas práticas de avaliação das aprendizagens dos alunos, no que concerne à avaliação pedagógica dos mesmos (Projeto MAIA);

	Criar tempos conjuntos nos horários dos docentes com disciplinas afins, com vista a promover encontros/reuniões de trabalho colaborativo sobre práticas de planificação, produção de materiais e instrumentos avaliativos e de supervisão colaborativa; Incrementação de mecanismos de *feedback* da informação avaliativa aos alunos atempadamente; Promover instrumentos de garantia da qualidade e fiabilidade da avaliação; Ensinar os alunos a utilizarem adequadamente o *feedback* da informação avaliativa; Implementar mecanismos de autorregulação e de auto e heteroavaliação pelos próprios discentes; Promover a reflexão e discussão, entre os vários atores, sobre a avaliação, conceitos, modalidades e práticas;
	Ao nível da promoção da inclusão e da equidade:
Providenciar uma formação integral do aluno, com particular ênfase na componente técnica e na vertente prática da qualificação profissional; Alargar horizontes e promover o enriquecimento pessoal, social e académico dos alunos; Promover nos discentes atitudes e comportamentos, dentro e fora do espaço aula, de civilidade, correção, empatia e respeito pelo próprio e pelo outro;	Incrementar práticas que visem a excelência nalgum domínio da vida dos alunos, incluindo o académico, mas não se limitando a este; Premiar o mérito dos alunos, através de incentivos que vão ao encontro dos seus interesses; Programa de intervenção, ao nível de competências sociais, elaborado pelas psicólogas, para combater dificuldades de observância de regras de conduta social e de civilidade;
Incentivar junto dos jovens o espirito de entreajuda e ações de solidariedade ativa e responsável;	Programa de intervenção, ao nível de competências pessoais e sociais, elaborado pelas psicólogas, para diminuir o número de comportamentos indisciplinados e agressivos nos espaços escolar, fora da escola e redes sociais (Bullying e Cyberbullying);
Estimular nos alunos o exercício consciente e responsável da cidadania, vendo esta não só como um direito, mas também como um dever social;	Construção e implementação de estratégias de aplicação comum, ao nível dos CT, para diminuir o número de processos disciplinares, em 5%, durante o quadriénio, por comportamentos perturbadores de um clima propício e facilitador das aprendizagens em contexto

	de aula;
Potenciar o desenvolvimento de áreas nos domínios artístico, científico, literário, digital, de intervenção social e outros que confiram sentido e dignifiquem a ação humana;	Alinhamento do Plano de Estratégia de Escola para a Cidadania com as áreas de maior interesse e, simultaneamente, mais deficitárias dos alunos, na matéria em apreço, através da definição das atividades mais adequadas a cada turma, de acordo com cada CT e com o/a Coordenador/a da Educação para a Cidadania;
Fomentar a participação em eventos de natureza diversa, desde que aos mesmos presidam valores e princípios democráticos, compagináveis com os defendidos pela Constituição da República Portuguesa;	Implementação e diversificação de respostas educativas diferenciadas para alunos com problemáticas distintas, mormente, no âmbito dos discentes com necessidades específicas de aprendizagem, em estreita articulação entre a EMAEI, a docente do GR 910, o DT, o CT e a psicóloga;
Incentivar o envolvimento e participação dos alunos em projetos da EPDRG, de âmbito intraescolar, local, regional, nacional ou internacional; Incitar à prática de atividade física e desportiva e à adoção de comportamentos e estilos de vida saudáveis junto dos alunos;	
	Ao nível organizacional:
	Orientação de toda a ação formativa e educativa para o sucesso dos discentes, para a melhoria dos resultados escolares e a diminuição da taxa de abandono dos cursos antes da sua conclusão;
Aumentar a participação cívica dos alunos, a qualidade da mesma e o seu envolvimento nos órgãos e eventos da escola;	Incrementação de uma cultura de trabalho docente verdadeiramente colaborativa, a todos os níveis, em prol da melhoria da profissionalidade docente e em benefício do serviço educativo de qualidade prestado aos nossos alunos, suas famílias e comunidade;
Aumentar a participação dos pais e encarregados de educação, a qualidade da mesma e o seu envolvimento nos órgãos e eventos da escola;	Melhoria no desenvolvimento pessoal e profissional de todos os recursos humanos da EPDRG, i.e., docentes, técnicos e pessoal não docente, por via de formações úteis, pertinentes e necessárias;

Melhoria na gestão dos recursos humanos, com ganhos nos domínios da eficácia e eficiência;

Incentivar o trabalho colaborativo entre docentes, ao nível da análise curricular dos módulos disciplinares, a fim de fortalecer a coerência interna e a articulação nalgumas atividades desenvolvidas ao longo do ano;

Criar tempos conjuntos nos horários dos docentes com disciplinas afins, com vista a promover encontros/reuniões de trabalho colaborativo sobre práticas de planificação, produção de materiais e instrumentos avaliativos e de supervisão colaborativa;
Promoção de eventos em que os alunos sejam chamados a participar na sua organização, através de colegas que sejam por eles eleitos como seus representantes;

Realização de eventos que tragam à escola os pais e encarregados de educação para verem o trabalho dos seus filhos, em primeiro lugar; em seguida, a realização de pequenos encontros, em horários que lhes sejam convenientes, sobre temas concretos e específicos que claramente sejam do seu interesse e que possam ser dinamizados por um docente, um técnico ou até um parceiro de uma entidade exterior à escola;

Atualização de conhecimentos e competências profissionais para responder eficazmente às novas necessidades da escola, através de ações de formação contínua, em articulação com CFAEAL ou outras entidades promotoras de formação, quer para docentes, quer para pessoal não docente; ou ainda, por via da auto- e hétero-formação;

Melhoria na adequação da oferta formativa, compatibilizando os interesses dos alunos e famílias, as necessidades do mercado de trabalho local e regional, os recursos da escola e a matriz identitária da EPDRG;

	Implementação de ações de melhoria na gestão dos recursos humanos, com vista a obter ganhos nos domínios da eficácia e eficiência; Melhorias no desenvolvimento pessoal e profissional de todos os recursos humanos da EPDRG, i.e., docentes, técnicos e pessoal não docente, por via de formações úteis, pertinentes e necessárias; Criação de manuais de acolhimento, funções e procedimentos; Colaboração dos diferentes atores na proposta, desenvolvimento e envolvimento das atividades da EPDRG; Fazer uma gestão dos recursos humanos, tentando levar em linha de conta as motivações e potencialidades;

2. Recursos	
Objetivos	**Estratégias/Linhas de ação**
Humanos:	***Humanos:***
Assegurar o número necessário de docentes, técnicos e pessoal não docente, nas suas diversas categorias específicas, para o corrente e bom funcionamento de uma escola profissional, de caráter predominantemente agrícola e com a área e as características singulares, que a EPDRG possui, bem como para a consecução dos diversos projetos que visam a melhoria do sucesso educativo e formativo dos alunos.	Diligenciar junto do ME e, particularmente, da DGEstE, a colocação, ou substituição, dos elementos em falta de acordo com as suas categorias profissionais e as tarefas a desempenharem;
Físicos:	***Ao nível das infraestruturas e equipamentos:***
Procurar requalificar os espaços, sobretudo físicos, as infraestruturas elétricas, sanitárias, de saneamento, de gás e outras;	Proceder à reparação e manutenção de instalações e infraestruturas, bem como à substituição e aquisição de novas alfaias, mobiliário e instrumentos didático-pedagógicos; para além de reparações significativas no parque de viaturas e de máquinas agrícolas, através do recurso ao POCH, ao OCR, ao IGEF, à DGEsTE e ao PRR, com o contributo e apoio jurídico da APEPA;
Procurar requalificar o mobiliário e apetrechamento de salas de aula, com materiais pedagógicos, didáticos, informáticos, e outros;	
Requalificar o parque de viaturas e máquinas agrícolas, bem como alfaias e outros instrumentos e materiais;	Adquirir, reparar ou substituir viaturas, máquinas agrícolas, alfaias, instrumentos e materiais danificados, com recurso ao POCH, ao OCR, ao IGEF, à DGEsTE e ao PRR;
Financeiros	Apresentar candidaturas a projetos que promovam incentivos financeiros e/ou materiais;
Assegurar os recursos financeiros imprescindíveis ao normal funcionamento e o desenvolvimento	Realizar uma rigorosa e eficaz gestão dos recursos e das receitas;

dos projetos inerentes às atividades necessárias à boa formação profissional dos nossos alunos e à sua segurança;	Incentivar a realização de atividades e eventos que permitam a angariação de verbas; Incrementar o estabelecimento de parcerias e protocolos que permitam a angariação de fundos;

3. Relação escola comunidade	
Objetivos	**Estratégias/Linhas de ação**
Melhorar a imagem da EPDRG na e perante a comunidade, os concelhos limítrofes e a NUTIII, através de maior abertura ao exterior, à comunidade e às restantes instituições, particularmente ao AE de Grândola, ao MG, e a todos aqueles que connosco contribuem para o crescimento e formação dos nossos jovens alunos, oferecendo-nos tanto e estando disponíveis para receber também o que quisermos e pudermos oferecer;	Colaboração dos diferentes atores no envolvimento das atividades da EPDRG, na construção um clima organizacional positivo e facilitador, bem como na promoção da identidade da escola e da projeção da sua imagem e dos seus valores, perante a comunidade escolar, educativa e a sociedade, em geral;
Reclamar a herança de prestígio, reconhecimento, valor e bom nome, enquanto entidade formadora, que a EPDRG usufruiu durante largos anos junto da comunidade de Grândola e da região Alentejo;	Forte prioridade à importância das parcerias instituídas e a estabelecer, para a afirmação da EPDRG como escola profissional de referência na localidade, e na região;
Promoção da imagem e criação da marca EPDRG, como sinónimo de qualificação e formação profissional de elevada qualidade, nas suas áreas de oferta educativa.	Diversificação da oferta formativa, na tentativa de captar alunos, indo ao encontro dos seus interesses, mas também das necessidades, em termos de oferta de mercado, de empresas e instituições; Formar alianças, estabelecer protocolos, fortalecer laços pessoais e institucionais constituem formas de investimento nas parcerias já

	instituídas e em novas parcerias a fomentar, procurando, por um lado, oferecer um melhor serviço educativo e formativo aos nossos estudantes; e, por outro, facultar uma resposta cada vez mais adequada e *taylor made* às necessidades e exigências das diversas empresas e instituições que cooperam com a EPDRG, sem olvidar o serviço público que devemos à comunidade em que nos encontramos envolvidos; Trazer a comunidade para dentro da EPDRG; Levar a EPDRG a atuar na, para e com a comunidade.

Não sou nada. Nunca serei nada. Não posso querer ser nada.
À parte disso, tenho em mim todos os sonhos do mundo…

Álvaro de Campos

8. Conclusão.

Tendo consciência que muito ficou por referir, a todos os níveis, e que as dificuldades identificadas não se esgotam nas enunciações aqui produzidas, não podemos deixar de salientar que, do mesmo modo, as estratégias apontadas se constituem apenas como uma parte de um imenso todo, em que a visão de cada ator, os recursos disponíveis e o grau de envolvimento se podem revelar determinantes na consecução dos objetivos traçados.

A EPDRG encerra potencialidades únicas, podendo, por conseguinte, fazer a diferença na vida de cada um dos seus atores e, sobretudo, prover à prestação de um serviço educativo e formativo de elevada qualidade e singular na sua região.

Para que tal seja conseguido, torna-se imprescindível um elevado grau de profissionalismo do pessoal docente e não docente, o empenho e a corresponsabilização de todos, a colaboração, o respeito e o compromisso da comunidade, pois convém ter presente que o sucesso educativo dos nossos neófitos deve constituir uma das nossas primordiais preocupações, já que, sendo um direito, não deixa de ser igualmente um dever, cujo cumprimento a todos nos responsabiliza, a começar precisamente pelos jovens e pelos seus pais, que estão legalmente obrigados a fazerem cumprir esse dever, exercendo a sua autoridade responsável como pais e principais interessados no bem educativo de qualidade para os seus filhos.

A escola mais não é do que a instituição a quem a sociedade legalmente confiou a educação formal das suas crianças e jovens com o objetivo de as preparar convenientemente para o exercício pleno da sua cidadania, através da participação ativa, consciente e responsável no mundo do trabalho e da *res publica*.

Quem não colaborar com a escola nesta árdua e gigantesca tarefa de educar para os valores, para a competência e para a adaptabilidade, quem a desautorizar, menorizar e desrespeitar, coloca em risco o pleno desenvolvimento harmonioso do jovem aluno, hipoteca o seu futuro e cerceia o seu direito de crescer livre para pensar, livre para escolher, livre para sonhar e livre para (se) realizar, na plenitude da sua humanidade, na magnificência da sua relação em comunidade.

Grândola, 20 de maio de 2022

(Maria João Vaz da Ribeira Alves)

Bibliografia

Barroso, J. (1998). Descentralização e autonomia: devolver o sentido cívico e comunitário à escola pública. Colóquio Educação e Sociedade – Escola e Parcerias Educativas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Canário, R. (1999). A escola, a autonomia e a territorialização da acção educativa. Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre, 23.

Carneiro, R. (Dir. e Coord.) (2000). O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva. Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospetiva e Planeamento

Inspeção Geral da Educação e Ciência, (2016) A escola inclusiva: Desafios, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação e Ciência

Rodrigues, F. (2003). O Projecto Educativo Local da Golegã. Educação, Sociedade e Culturas – Escola e Territórios, 20.

Sassaki, R. K. (2004) Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 5 ed. Rio de Janeiro: WVA

Subirats, J. (2001) Educación: responsabilidad social e identidade comunitária. In Cármen Gómez-Granell e Ignacio Vila (Coord.). La ciudad como proyecto educativo. Barcelona: Octaedro.

Constituição da República Portuguesa, Diário da República n.º 86/1976, Série I de 10 de Outubro de 1976 (filtrada à data de 19/05/2022)

Lei nº 46/86 de 14 de Janeiro (com as alterações introduzidas pelas leis nºs 115/97 de 19/09; 49/2005, de 30/08 e 85/2009, de 2708).

Decreto-Lei nº 75/2008 – Diário da República, 1ª série, nº 79 de 22 de Abril de 2008, alterado pelo Decreto-Lei nº 137/2012 – Diário da República, 1ª série, nº 136 de 2 de Julho de 2012

Decreto-Lei nº 92/2014 – Diário da República, 1 ª série, nº 117 de 20 de Junho de 2014

PASEO – Perfil dos Alunos à Saída do Ensino Obrigatório, DGE, 2016

ENEC - Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, Ministério da Educação, 2017

Decreto-Lei nº 54/2018 – Diário da República, 1 ª série, nº 129 de 06 de Julho de 2018

Decreto-Lei nº 55/2018 – Diário da República, 1 ª série, nº 129 de 06 de Julho de 2018

Webgrafia:

https://www.pordata.pt/Municipios

https://www.pordata.pt/Subtema/Municipios/Alunos+do+Ensino+N%c3%a3o+Superior-225

https://www.cm-grandola.pt/autarquia/censos-2021

https://www.cm-grandola.pt/autarquia/dados-estatisticos

https://www.cm-grandola.pt/cmgrandola/uploads/writer_file/document/114/Rede_Social_de_Grândola_-_Indicadores_do_Concelho.pdf

https://catalogo.angep.gov.pt/